



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

📅 Pauta da Reunião

1. Leitura da Ata do dia 24 de abril de 2024;
2. Apresentação do Prêmio de Ética e Responsabilidade (1ª Edição) – (Ricardo Orsini – Gerente de Promoção de Valores);
3. Resultado da Etapa de Consultoria Presencial 6º Prêmio Goiás Mais Transparente - (Júnior José Costa – Gerente de Transparência Institucional);
4. Treinamento dos novos membros da OGP (Leonardo Correia de Oliveira – Assessor da Controladoria Especializada em Participação Cidadã).

📄 Desenvolvimento da Reunião

No dia 26 de junho de 2024, às 14h:47 (quatorze horas e quarenta e sete minutos), teve início, em primeira convocação, via plataforma ZOOM, contando com a presença de 11 (onze) dos seus membros, titulares e suplentes, a 66ª Reunião Ordinária do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção – CTPCC. Na ocasião o Sr. Diego Ramalho Freitas, Secretário Executivo do Conselho, declara aberta a reunião. Diego apresenta a pauta do dia. Submete à aprovação, pelos presentes, a ata da 65ª Reunião Ordinária, aprovada sem ressalvas. Diego passa a palavra para o Sr. Ricardo Orsini – Gerente de Promoção de Valores, que traz a segunda pauta, Apresentação do Prêmio de Ética e Responsabilidade. Orsini inicia apresentando o projeto da controladoria Geral do estado, o Primeiro Prêmio de Ética e Responsabilidade que compõem as premiações do Programa de Compliance Público neste ano de 2024. A ideia é promover e incrementar as ações dos órgãos nos Eixos 1 Ética e 3 Responsabilização, reconhecendo e premiando as boas práticas na gestão pública, com foco na prevenção e na resolução consensual de conflitos, promovendo a prevenção de atos ilícitos e possíveis atos lesivos na administração pública. Outro objetivo é incentivar a promoção de ações que auxiliem na internalização dos princípios e valores do código de ética, que é o importante no trabalho de prevenção. Outro objetivo é trabalhar junto com as unidades correccionais, junto com as comissões processantes, comissões de PAD (Processo Administrativo Disciplinar) e Sindicância, de PAR (Processo Administrativo de Responsabilização) e PAF (Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedores), incentivando as ações que previnam a prática de transgressão. Sendo um trabalho inovador nacionalmente, saindo um pouco da punição e da responsabilização para a prevenção. Enxergando que o processo punitivo causa desgastes e um custo alto para a administração pública. Trabalhar de forma preventiva traz uma resolutividade melhor diminuindo o custo e o desgaste dos agentes envolvidos nos processos disciplinares. Outro objetivo da premiação é a capacitação, criar e implementar programas de capacitação específicos para servidores públicos. Hoje está sendo lançado o novo curso de ética pública para servidores de Goiás. Essa capacitação está dentro da premiação, as pastas são convidadas a selecionar servidores para fazer essa capacitação dentro do regulamento da premiação. Aprimoramento dos procedimentos correccionais, para que eles sejam enxutos, assertivos e céleres, para evitar custos e desgastes da administração pública com esse tipo de procedimento correicional. As principais atividades da premiação são: Questionário de Internalização do Código de Ética e Conduta Profissional, que em 2024 tivemos quarenta e seis mil e setecentas e uma respostas; capacitação de PAD e Sindicância, capacitação de PARE e PAF, os processos de responsabilização dos entes privados, capacitação e soluções alternativas de conflitos, a mediação que começou este ano, e o Termo Circunstanciado Administrativo, a capacitação de ética pública e o evento realizado dia 21 de junho focado na prevenção do assédio moral e sexual. No ambiente de trabalho, a criação do Comitê da Mulher e da Diversidade, que é uma exigência da legislação; implementação de comissões e unidades correccionais; divulgação de conteúdos sobre os eixos 1 e 3, fomentando a divulgação nas redes sociais e nos canais de comunicação internos sobre a ética e a responsabilidade, e a produção de artigos científicos sobre o



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

assunto. Orsini finaliza colocando à disposição para dirimir quaisquer dúvidas. Diego retoma a palavra parabenizando Orsini pelo trabalho em frente a gerência e como professor de Ética, e passa a palavra para ao Dr. Francisco Taveira Neto, Chefe de Gabinete da CGE, que traz para o conhecimento do Conselho uma situação que está gerando discussão no Conselho de Proteção de Dados, que é o choque entre a Lei Geral de Proteção de Dados com o dever de transparência. O Conselho de Transparência em conjunto com o Conselho de Proteção de Dados em algum momento deve manifestar sobre esse tema, embora já haja orientação no âmbito federal, pela Advocacia Geral da União e no estado, da Procuradoria Geral do Estado. A questão colocada é que as pessoas jurídicas que firmam ajustes com a administração, especialmente as que tem finalidades econômicas e fins lucrativos, apresenta apenas o CNPJ nas publicações dessas contratações. Há uma discussão instalada no TCU com a AGU que manda proteger os dados dos sócios das empresas. Porém, partimos do pressuposto de que quem firma contrato com a administração está aderindo a um sistema de dever de publicidade e transparência dessas informações, e o olhar da CGE, é de contestar esse entendimento, porque isso compromete o exercício do controle social pela população. Por isso trazemos o tema para uma ampla análise pelos membros desse conselho. O Dr. Juscimar Pinto Ribeiro, da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), cumprimenta todos os conselheiros e sugere que esse tema seja discutido em uma reunião própria, por ser uma temática relevante. A OAB endossa a sugestão que trabalhe esse tema de forma específica. Diego passa a palavra para o Sr. Júnior José Costa, Gerente de Transparência Institucional, que traz a terceira pauta: Resultado da Etapa de Consultoria Presencial 6º Prêmio Goiás Mais Transparente. De 29 de abril a 07 de junho ocorreram as consultorias presenciais, onde visitamos todos os órgãos da administração direta e indireta, totalizando 52 unidades. Conseguimos contactar a rede de transparência, que são setores responsáveis pela transparência nas entidades, e conseguimos identificar que somente 3% dos órgãos possuem Gerência de Governo Aberto e Transparência, que são Saúde, Seinfra e Saneago, 30% com o pessoal da comunicação, 12% com a TI, 12% com a acessoria, 09% com as ouvidorias, 08% com o *compliance*, 04% com o jurídico e 22% com outros, sendo que a nossa rede de transparência está difusa dentro dos órgãos. O objetivo dessas visitas era termos um contato maior com esse pessoal, fazer um engajamento deles com o trabalho de transparência, identificar os problemas e dificuldades e medir o interesse da alta administração. Durante quarenta dias visitamos todas as unidades, incluindo a UEG em Anápolis, a Secretaria do Entorno em Brasília, onde percebemos uma boa receptividade, que ficaram satisfeitos com o atendimento personalizado. Tivemos como primeiro resultado dessas consultorias, 100% de participação dos órgãos nas autoavaliações, que foi um avanço alcançado em comparação ao ano passado. Durante as visitas aplicamos uma pesquisa do Prêmio Goiás Mais Transparente, onde os servidores podiam responder anonimamente as perguntas. Tivemos 145 respostas, em média de 3 a 5 participantes de cada órgão. Queríamos identificar como estava a transparência em cada unidade, foram 10 perguntas que podiam ser respondidas em cinco minutos. As perguntas e a média das respostas foram: 1. Qual é a sua percepção sobre a importância da Transparência Pública para o bom desempenho do governo estadual de Goiás na execução das suas políticas públicas? 92% responderam que é 'muito importante'; 2. Em uma escala de 1 a 10, na sua opinião, qual é o nível de conhecimento dos servidores em relação ao conteúdo divulgado na página de "Acesso à Informação" do seu órgão/entidade? Média das respostas: 7.7; 3. Qual é a frequência de atualização das informações divulgadas na página de "Acesso à Informação" pelo seu órgão/entidade? 40% responderam que é mensal e 32% diária; 4. Quais são os principais desafios enfrentados para realizar a atualização das informações na página de "Acesso à Informação" do seu órgão/entidade (marque todas as opções que se aplicam)? 30% responderam que é devido à ausência de envio das informações das áreas técnicas; 5. Você acredita que o Prêmio Goiás Mais Transparente é eficaz para incentivar e reconhecer as ações de transparência nos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado de Goiás? 97% responderam que sim; 6. Em uma escala de 1 a 10, qual é o nível de interesse e de apoio da alta gestão do seu órgão/entidade no Prêmio Goiás Mais Transparente? A média das respostas foi 9; 7. Em uma visão geral, numa escala de 1 a 10, qual sua avaliação sobre a metodologia do Prêmio Goiás Mais Transparente aplicada ao seu órgão/entidade? A média das respostas foi 9; 8. Você acha que as visitas presenciais dos servidores da CGE-GO podem contribuir para um bom desempenho do seu órgão/entidade no Prêmio Goiás Mais Transparente? 99,9% responderam que sim; 9. Qual o seu grau de satisfação, em uma escala de 1 a 10, com as orientações realizadas pelos servidores da Gerência de Transparência Institucional da CGE-GO? A média das respostas foi 9,6. Tivemos um campo aberto para sugestões, que estamos analisando, onde



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

tivemos algumas propostas como: aumentar as visitas, padronizar as informações nas páginas, estruturar sistemas como o de convênios, que já está em nosso radar, pois quanto menos informações manuais melhor o resultado final, e diversas outras sugestões que estamos verificando para próxima edição do prêmio. Esse trabalho só pôde ser realizado graças ao empenho da equipe composta pela Jaqueline e Renato que estiveram comigo abraçando a ideia e acreditando no resultado. Diego retoma a palavra parabenizando a equipe pelo trabalho de consultoria, e o alto grau de maturidade dos órgãos na aplicação da metodologia. E chama o Sr. Leonardo Correia de Oliveira, Assessor da Controladoria Especializada em Participação Cidadã, que traz a quarta pauta, treinamento dos novos membros da OGP. Leonardo cumprimenta a todos e explica que o treinamento é dividido em quatro módulos, onde o primeiro modulo é teórico, apresentando o que seria Governo aberto, como surgiu a OGP em 2011 e a estratégia da OGP local, porque eles entendem que os municípios, províncias e estados lidam com problemas concretos da sociedade. Ensinaram desde a criação de uma equipe até a elaboração e a criação de um plano de ação. O primeiro módulo falou da criação de um time e a seleção de um fórum, falaram das competências que um time deve ter e como selecionar um fórum. Goiás, de forma proativa, criou um time antes da adesão a OGP, há um ano apresentamos para o Conselho a ideia de aderirmos a OGP, que é o fórum. Desenvolvemos uma metodologia para elaboração do plano de ação e sensibilizamos a sociedade civil. No segundo módulo ensinaram como fazer uma consulta pública, como utilizar os princípios de governo aberto que seria a participação cidadã, transparência, prestação de contas e o incremento de tecnologias para solucionar problemas da administração. Nós fizemos uma consulta pública, criamos as possíveis soluções por meio das oficinas do Pequilab, chamamos a sociedade civil para apresentar as possíveis soluções priorizando os desafios da administração pública. As possíveis soluções devem apresentar características *smart*, ser específicas, mensuráveis, atingíveis, relevantes e ter tempo determinado, criando um ambiente onde as partes interessadas na solução dos desafios da administração estejam envolvidas. No terceiro módulo o treinamento foi para aprender como preencher para subirmos na plataforma da OGP, onde devemos colocar até cinco compromissos do plano de ação e uma visão estratégica desse plano. Assim quando subirmos na plataforma da OGP todos os membros terão acesso ao nosso plano de ação, podendo analisar se em nosso plano há boas práticas, assim como nós poderemos ter acesso aos planos dos outros membros e fazer a mesma observação. No quarto módulo, que será na quinta-feira, aprenderemos como fazer essa entrega e como implementar esse plano de ação. E, por último, terá um ente autônomo que vai avaliar se nessa implementação alcançamos o compromisso feito no nosso plano de ação. Esse foi o treinamento dos novos membros da OGP, onde participaram Tiago, Assessor da Subcontroladoria, Weyk, Superintendente de Participação Cidadã e eu. Diego coloca o material a disposição dos conselheiros e convida a todos a participarem do treinamento. Goiás se encontra do meio para frente em relação a etapa de execução, agora vamos discutir os compromissos e as ações para a implementação do plano, e temos o ano de 2024 e 2025 para cumprirmos o cronograma. Finaliza agradecendo ao Leonardo e equipe pelo trabalho de implementação. Não havendo nada mais a ser tratado, às 15h24 (quinze horas e vinte e quatro minutos), o Secretário Executivo declarou encerrada a reunião.

Nome	Assinatura
Controladoria-Geral do Estado	
Titular 1: (Presidente) Henrique Moraes Ziller	
Suplente: Francisco Taveira Neto	-
Titular 2: (Secretário Executivo): Diego Ramalho Freitas	-
Suplente: Bruno Carvalho Cavalcante Rolim	
Secretaria de Estado da Casa Civil	
Titular: Renatto Neves Vieira	
Suplente: Rodrigo Carvalho Curvo	-
Secretaria de Estado da Economia	
Titular: Marco Antônio Fernandes Filho	
Suplente: Rafael Rodrigues Alves	-
Procuradoria-Geral do Estado	



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
CONSELHO DE TRANSPARÊNCIA PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO - CTPCC

Titular: Mheliza Mariani Mendes Loyola Rios Machado	
Suplente: Andréa Cristina Gomes dos Santos	
Secretaria de Estado de Estado da Administração	
Titular: Fabiane Falcomer dos Santos	-
Suplente: Roberta Rodrigues Costa	
Fórum Goiano de Combate à Corrupção	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Associação Goiana de Imprensa	
Titular: Jales Rodrigues Naves	
Suplente: Guilherme de Melo Batista Pereira	
Fórum Empresarial	
Titular: Rubens Fileti	
Suplente: Regina Guimarães de Moraes e Silva Falbo	-
Grande Loja Maçônica do Estado de Goiás	
Titular: Carlos Alberto Barros de Castro	
Suplente: Mário Martins de Oliveira Neto	
Fórum das Universidades Privadas	
Titular: Regina Ster de Moraes	-
Suplente: Jorge de Jesus Bernardo	
Universidade Federal de Goiás	
Titular: Prof. Kleber Domingos de Araújo	
Suplente:	
Universidade Estadual de Goiás	
Titular: Cristhyan Martins Castro Milazzo	-
Suplente: Neusa Maria Ravaroto	
Ministério Público Estadual	
Titular: Fabiana Lemes Zamalloa do Prado	
Suplente: Adriano Godoy Firmino	
Tribunal de Contas dos Municípios	
Titular: Lara Cristina de Olival Kovtunin	-
Suplente: Ricardo Sartori Cella	
Sindicato dos Gestores Governamentais do Estado de Goiás	
Titular: Edmilson Moura de Oliveira	
Suplente: Eduardo Aires Berbert Galvão	
Ordem dos Advogados do Brasil	
Titular: Juscimar Pinto Ribeiro	-
Suplente: Anna Carolina Miranda Bastos do Vale	
Fórum em Defesa dos Servidores e Serviços Públicos do Estado de Goiás	
Titular: Aguardando Indicação	
Suplente: Aguardando Indicação	
Comitê para Democratização da Informática	
Titular: Isabel Sampaio Antonácio Monteiro	
Suplente: Quimico Iamamoto Pacheco	
Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Goiânia	
Titular: Carlos Alberto de Paula Moura Junior	
Suplente: Luiz Antônio Ribeiro de Souza	-